

# Relatório Anual 2016



EURUSD - 1,35379 - 00:00:00 14 jul (EEST)

USD (Bid), Ticks, # 300 / 300

23:35

23:40

23:45

23:50

06/13/14

1,276,820 - 23:00:00 13 jul (CEST)

minute, # 159 / 300, Logarithmic, Heikin Ashi

21:10 21:20 21:30 21:40 21:50 22:00 22:10 22:20 22:30 22:40 22:50 23:00 23:10 23:20 23:30 23:40 23:50

Quote List [2]

World Market

# Índice

<b>1</b>	<b>Apresentação do Relatório Anual</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Mensagens da Diretoria</b>	<b>2</b>
<b>3</b>	<b>Principais Números do Plano</b>	<b>3</b>
<b>4</b>	<b>Demonstrativo de Investimentos</b>	<b>4</b>
<b>5</b>	<b>Política de Investimentos</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>Demonstrações contábeis consolidadas</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>Informações segregadas sobre as despesas do plano de Gestão Administrativa</b>	<b>19</b>
<b>8</b>	<b>Parecer atuarial do plano de benefícios</b>	<b>20</b>
<b>9</b>	<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>23</b>
<b>10</b>	<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>25</b>
<b>11</b>	<b>Manifestação do Conselho Deliberativo</b>	<b>26</b>
<b>12</b>	<b>Alteração Regulamento e Estatuto</b>	<b>27</b>
<b>13</b>	<b>Missão, Visão e Valores</b>	<b>28</b>
<b>14</b>	<b>Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva e Corpo Administrativo</b>	<b>29</b>
<b>15</b>	<b>Canais de Atendimento</b>	<b>32</b>
<b>16</b>	<b>Parceiros</b>	<b>33</b>
<b>17</b>	<b>Instituidores</b>	<b>34</b>

# 1. Apresentação do Relatório Anual

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás (OABPrev GO/TO) apresenta seu Relatório Anual de Informações 2016. Em cumprimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e a Instrução Normativa nº 13 da Previc e em consonância com a proposta de Governança Corporativa da Entidade, o presente documento apresenta um resumo das atividades desenvolvidas ao longo do último ano, bem como seus resultados financeiros.

Pelo segundo ano consecutivo, a cota do plano de benefícios administrado pela OABPrev GO/TO registrou a maior rentabilidade da sua história, 14,75%. O resultado superou a meta atuarial do plano que foi de 11,89% no mesmo período.

Com 4.332 participantes, o patrimônio acumulado da Entidade ultrapassou os R\$ 79 milhões, registrando uma evolução acima de 80% nos últimos três anos.

Ao lado dos bons resultados financeiros, o grande marco do último ano foi a aquisição da sede própria, inaugurada no dia 30 de setembro de 2016. O novo espaço foi projetado para oferecer aos participantes e assistidos do fundo uma completa e moderna estrutura de atendimento.

Na sede da OABPrev GO/TO, existe uma sala de atendimento exclusiva para os associados realizarem atendimentos rápidos. O auditório da entidade também é disponibilizado para reuniões e afins, também sem custo. Tudo foi pensado para refletir o atual momento da entidade que é jovem, moderna e tem um enorme potencial

de crescimento. As instalações ficam no Park Lozandes, a poucos metros do Ministério Público do Estado de Goiás e do novo Fórum Cível.

A Entidade também vem trabalhando para alcançar a excelência em seus canais de relacionamento com os participantes e futuros participantes. Contamos com a área restrita do site, a Central de Relacionamento, além de estar presente nas redes sociais. Em qualquer um desses meios, é possível buscar informações sobre o plano de forma fácil e rápida.

O programa de educação financeira e previdenciária "Futuro em Dia" continua sendo atualizado diariamente. Desde seu lançamento, o portal registrou mais de 37 mil acessos únicos. O portal é exclusivo para participantes e o acesso é feito com login e senha.

Prestes a completar 11 anos de existência, a OABPrev GO/TO vive um momento ímpar de sua história. Atualmente, 38 participantes recebem benefício mensal, sendo 18 pensionistas, 13 aposentadorias programadas e 7 aposentadorias por invalidez. Os resultados mostram que as decisões tomadas nos últimos anos foram acertadas. A Entidade segue pautada por uma gestão profissional, séria, transparente e, acima de tudo, comprometida com o futuro dos seus participantes.

Boa leitura!

\*Em cumprimento a Instrução nº 13/2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Relatório Anual de Informações do OABPrev GO/TO será disponibilizado exclusivamente no site da instituição ([www.oabprevgo.org.br](http://www.oabprevgo.org.br)).

## 2. Mensagem da Diretoria

Após dois anos consecutivos de rentabilidade histórica, ainda temos um horizonte bastante positivo em relação aos resultados da Entidade – mesmo tendo deixado de cobrar da taxa de carregamento no início deste ano.

Dentre as ações projetadas para os próximos meses está o incremento da área comercial com treinamentos e campanhas para ampliar o número de adesões da Entidade e um reforço nos canais de comunicação – incluindo a imprensa – para dar mais visibilidade junto ao público em geral.

A condução dos investimentos continuará sendo feita de maneira profissional por uma equipe altamente qualificada, sempre atenta às melhores oportunidades do mercado. Todo trabalho é pautado na busca por tornar nosso plano a melhor opção em previdência complementar para os advogados.

Aproveitamos para agradecer a confiança depositada na entidade e seu quadro gestor. Reiteramos que seguiremos na constante evolução dos nossos serviços e na busca por resultados de excelência.

### **Enil Henrique de Souza Neto**

CPF: 994.819.951-00 - OABGO 24.650  
Diretor Presidente OABPrev GO/TO  
CERTIFICADO ICSS EA03227

### **Marcia Queiroz Nascimento**

CPF: 394.484.441-68 – OABGO 16.864  
Diretora Administrativa Financeira  
CERTIFICADO ICSS EA01429

### **Keila Cristina Eustáquio**

CPF: 972.778.351-15 – OABGO 20.369  
Diretora de Benefícios  
CERTIFICADO ICSS EA03941

## 3. Principais Números do Plano em 2016

Item	2016
Número de participantes	4.292
Número de participantes assistidos	20
Número de pensionistas	18
Número de beneficiários pensionistas com processo de concessão de benefícios	02
<b>Total</b>	<b>4.332</b>





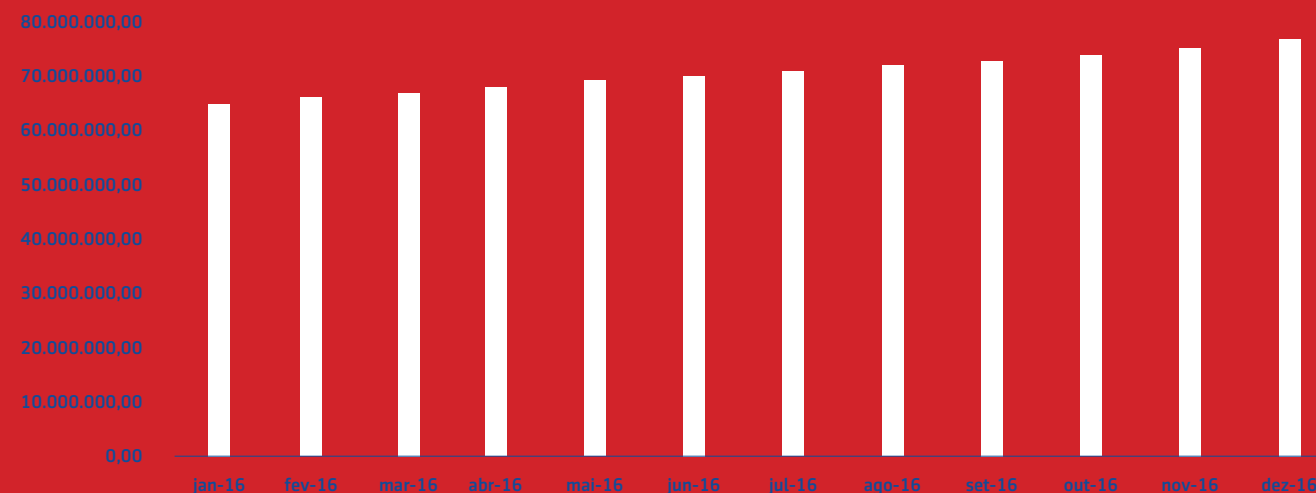
# 4. Demonstrativos de Investimentos

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA		
<b>RENDA FIXA</b>	<b>91,36%</b>	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,30%	233.098,65
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	0,05%	39.309,55
GAP OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO	19,77%	15.284.550,22
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO	21,43%	16.567.741,77
TC OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	33,03%	25.529.588,75
NOVERO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	8,07%	6.238.113,28
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	1,40%	1.081.516,83
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	2,35%	1.814.565,41
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	2,51%	1.936.366,37
FIDC ABERTO		
PRASS II FIDC SÊNIOR	2,45%	1.892.396,53
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>7,19%</b>	
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO	7,19%	5.560.644,77
<b>PGA</b>	<b>1,19%</b>	
<b>RENDA FIXA</b>		
GAP YIELD FI RENDA FIXA		467.641,55
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP		455.849,61
		923.491,16
	<b>100,00%</b>	<b>77.101.383,29</b>

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO	dez/16	% PL	Resol. 3792	Política OABPrev
<b>RENDA FIXA</b>	<b>70.617.247,36</b>	<b>91,24%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>RENDA FIXA - SELIC</b>	<b>1.353.925,03</b>	<b>1,75%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	233.098,65	0,30%		
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	1.081.516,83	1,40%		
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	39.309,55	0,05%		
<b>MULTIMERCADOS EXCLUSIVOS</b>	<b>31.852.291,99</b>	<b>41,16%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
GAP OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO	15.284.550,22	19,75%		
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO	16.567.741,77	21,41%		
<b>CRÉDITO PRIVADO</b>	<b>35.518.633,81</b>	<b>45,89%</b>	<b>80%</b>	<b>80%</b>
TC OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	25.529.588,75	32,99%		
NOVERO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	6.238.113,28	8,06%		
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.814.565,41	2,34%		
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.936.366,37	2,50%		
<b>FIDC ABERTO</b>	<b>1.892.396,53</b>	<b>2,45%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
PRASS II FIDC SÊNIOR	1.892.396,53	2,45%		
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>5.560.644,77</b>	<b>7,18%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO	5.560.644,77	7,18%		
<b>CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PGA</b>	<b>dez/16</b>	<b>% PL</b>	<b>Resol. 3792</b>	<b>Política</b>
<b>RENDA FIXA</b>	<b>923.491,16</b>	<b>1,19%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
GAP YIELD FI RENDA FIXA	467.641,55	0,60%		
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	455.849,61	0,59%		
<b>CONTA CORRENTE</b>	<b>293.577,52</b>	<b>0,38%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS + DISPONÍVEL</b>	<b>77.394.960,81</b>			

## Evolução de Investimentos



Mês	Investimentos + bancos
jan/16	65.625.046,64
fev/16	66.795.764,97
mar/16	67.553.223,84
abr/16	68.845.890,47
mai/16	69.711.532,13
jun/16	70.494.789,01
jul/16	71.646.363,74
ago/16	72.713.967,16
set/16	73.494.645,60
out/16	74.491.191,28
nov/16	75.836.902,52
dez/16	77.101.383,29

Consolidando as expectativas negativas ao final de 2015, o ano de 2016 foi marcado por instabilidade econômica no primeiro semestre, inflação e juros altos, cenário este que começa a mudar em meados de setembro. Tal momento associou-se principalmente à crise política brasileira.

Com afastamento do cargo em 12 de maio, Dilma Rousseff deixou a Presidência da República definitivamente em 31 de agosto, quando o Senado Federal aprovou por 61 votos a 20 o impeachment. Com a destituição, o vice-presidente do Brasil, Michel Temer (PMDB), assumiu o Palácio do Planalto. Assim, a economia ganha fôlego e tão logo a nova equipe econômica liderada por Henrique Meirelles, como ministro da fazenda e Ilan Goldfajn, como presidente do Banco Central, inicia-se medidas de recuperação do crescimento com redução da inflação e da taxa de juros, cujo o objetivo é aumentar a liquidez do mercado, através da liberação de crédito, a fim de reaquecer a economia e sair da recessão após dois anos consecutivos.

Com base na política de investimento adotada pela OABPrevGO/TO, obteve-

se resultados expressivos, registrando o melhor índice de rentabilidade também nos resultados dos investimentos.

A rentabilidade alcançada na carteira de investimentos de 15,23%, supera índices relevantes para o mercado financeiro como o CDI (14,00%); Ibovespa (-16,54%); IPCA (6,29%) e Poupança (8,31%). O recorde batido pela entidade comprova a correta tomada de decisão quanto aos investimentos realizados e a avaliação criteriosa dos mesmos, bem como quanto à alocação estratégica dos recursos do plano feitas pela gestão do fundo de pensão.

Logo, o Fundo manterá sua estratégia de investimento, conservando seu comportamento robusto frente as constantes oscilações do mercado, a fim de superar a meta atuarial de 2017 que se mantém em INPC + 5% ao ano. Para tanto é esperado que o Plano de Pensão OABPrevGO/TO supere novamente a meta atuarial de 2017, devido a expectativa da inflação que se encontra no centro da meta, e a continuidade dos trabalhos exercidas pela atual administração.

**CUSTOS OPERACIONAIS DOS FUNDOS INVESTIDOS  
2016 OABPRevGO/TO**

<b>Despesas</b>		<b>Valor</b>
Taxa de Administração	-R\$	147.469,80
Taxa de Performance	-R\$	22.540,21
BM&F a Receber/Pagar (Corretagens e Emolumentos BM&F)	-R\$	3.316,89
Despesa de Cartório	-R\$	786,48
Despesa de Taxa de Auditoria	-R\$	15.193,49
Despesa de Taxa de Custódia	-R\$	20.314,91
Despesa de Taxa de Fiscalização - CVM	-R\$	12.278,02
Despesa de Taxa de Publicação ANBID	-R\$	4.020,17
Despesa de Taxa de Utilização, SELIC	-R\$	2.346,17
Despesa de Taxa de Utilização, CETIP	-R\$	17.862,65
Despesas c/ Correspondências, e Impressos	-R\$	7,79
Despesas com Corretagem	-R\$	412,06
Despesas Bancárias	-R\$	2.460,85
Taxa CBLC	-R\$	290,22
Despesa Jurídica	-R\$	641,17
IR a Recolher	-R\$	22,01
Outras despesas	-R\$	10,24
<b>Total</b>	<b>-R\$</b>	<b>249.973,13</b>

**RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES, GESTORES E CUSTODIANTES**

<b>Nome</b>	<b>Administrador</b>	<b>Custodiante</b>	<b>Gestão</b>
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	Itaú Unibanco	Itaú Unibanco	Itaú Unibanco
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO			
NOVERO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO			Novero Investimentos
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		BNY Mellon Banco	
GAP YIELD FI RENDA FIXA	BNY Mellon Serviços Financeiros		GAP Asset Management
TC OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO			TG CORE Asset
GAP OABPREVGO/TO FI MULTIMERCADO			GAP Asset Management
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO		Banco Bradesco	Mongeral Aegon Investimentos
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	Banco Santander	Santander Securities Services	Santander Brasil Asset Management
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO	Planner Corretora	Itaú Unibanco	TG CORE Asset
PRASS II FIDC SÊNIOR	Socopa	Banco Paulista	Quatã Investimentos

# 5. Política de Investimentos do OABPREV-GO 2016

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás

## OBJETIVO

A política de investimento tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para gestão de investimentos do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG -

Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO, que disciplinem os métodos e as ações referentes aos processos decisórios e operacionais de gestão da sua Carteira de Investimentos em conformidade com a legislação aplicável.

## ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Os investimentos do OABPrev-GO, no ano de 2016, obedecerão aos limites definidos pela Res.CMN 3.792, abaixo discriminados:

SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	PONTO ÓTIMO	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES 3792	vRETORNO ESPERADO
R. FIXA	50%	86,60%	100%	100%	10,00%
R. VARIÁVEL	0%	0%	30%	70%	7,00%
ESTRUTURADOS	0%	13,4%	20%	20%	14,83%
IMÓVEIS	0%	0%	0%	8%	-
EMPRÉSTIMOS	0%	0%	0%	15%	-
<b>TOTAL</b>					11,26%
<b>META ATUARIAL</b>					11,26%
<b>SUPERÁVIT ESPERADO (descontada a meta atuarial)</b>					0%

Com base nos cenários esperados, foi determinada a alocação descrita no quadro acima que oferece, numa visão de curto prazo, uma expectativa de geração de superávit dentro de um risco considerado suportável para as

divergências entre rentabilidade dos ativos e rentabilidade mínima atuarial. Para o longo prazo, haverá forçosamente a necessidade de estratégias mais arrojadas de alocação.

# 6. Demonstrações Contábeis

## Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em R\$ mil)

ATIVO	I - BALANÇO PATRIMONIAL				
	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
<b>Disponível</b>	<b>307</b>	<b>454</b>	<b>Exigível operacional</b>	<b>545</b>	<b>501</b>
<b>Realizável</b>	<b>77.115</b>	<b>63.668</b>	Gestão Previdencial	423	431
Gestão Previdencial	10	10	Gestão Administrativa	122	58
Gestão Administrativa	4	1	Investimentos	-	12
Investimentos	77.101	63.658	<b>Patrimônio Social</b>	<b>78.970</b>	<b>63.650</b>
Fundos de Investimento	77.101	63.658	Patrimônio de Cobertura do Plano	76.113	61.901
<b>Permanente</b>	<b>2.093</b>	<b>29</b>	Provisões Matemáticas	76.113	61.901
Imobilizado	2.093	29	Benefícios Concedidos	7.811	5.495
			Benefícios a conceder	68.302	56.406
			Fundos	2.857	1.749
			Fundos Administrativos	2.857	1.749
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>79.515</b>	<b>64.151</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>79.515</b>	<b>64.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>63.650</b>	<b>53.222</b>	<b>19,59%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>22.857</b>	<b>18.009</b>	<b>26,92%</b>
(+) Contribuições Previdenciais	10.714	8.665	23,65%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.478	7.691	23,23%
(+) Receitas Administrativas	2.492	1.461	70,57%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	173	193	-10,36%
<b>2. Destinações</b>	<b>-7.537</b>	<b>-7.582</b>	<b>-0,59%</b>
(-) Benefícios	-5.980	-6.431	-7,01%
(-) Despesas Administrativas	-1.557	-1.150	35,39%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>15.320</b>	<b>10.427</b>	<b>46,93%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	14.212	9.924	43,21%
(+/-) Fundos Administrativos	1.108	503	120,28%
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>78.970</b>	<b>63.650</b>	<b>24,07%</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>61.901</b>	<b>51.977</b>	<b>19,09%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>20.290</b>	<b>16.405</b>	<b>23,68%</b>
(+) Contribuições	10.812	8.714	24,08%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.478	7.691	23,23%
<b>2. Destinações</b>	<b>-6.078</b>	<b>-6.480</b>	<b>-6,20%</b>
(-) Benefícios	-5.980	-6.431	-7,01%
(-) Custeio Administrativo	-98	-49	100,00%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>14.212</b>	<b>9.924</b>	<b>43,21%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	14.212	9.924	43,21%
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>76.113</b>	<b>61.901</b>	<b>22,96%</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.857</b>	<b>1.749</b>	<b>63,35%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	2.857	1.749	63,35%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>79.393</b>	<b>64.093</b>	<b>23,87%</b>
Disponível	307	454	-32,38%
Recebível	2.908	1.809	60,75%
Investimento	76.178	61.831	23,20%
Fundos de Investimento	76.178	61.831	23,20%
<b>2. Obrigações</b>	<b>423</b>	<b>443</b>	<b>-4,51%</b>
Operacional	423	443	-4,51%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.857</b>	<b>1.749</b>	<b>63,35%</b>
Fundos Administrativos	2.857	1.749	63,35%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>76.113</b>	<b>61.901</b>	<b>22,96%</b>
Provisões Matemáticas	76.113	61.901	22,96%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
<b>A Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>1.749</b>	<b>1.246</b>	<b>40,37%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.665</b>	<b>1.654</b>	<b>61,12%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.665</b>	<b>1.654</b>	<b>61,12%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	98	49	100,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	356	305	16,72%
Receitas Diretas	2.038	1.106	84,27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	173	193	-10,36%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-1.557</b>	<b>-1.151</b>	<b>35,27%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>-1.557</b>	<b>-1.151</b>	<b>35,27%</b>
Pessoal e Encargos	-360	-321	12,15%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-21	-100,00%
Viagens e Estadias	-41	-18	127,78%
Serviços de Terceiros	-241	-229	5,24%
Despesas Gerais	-770	-467	64,88%
Depreciações e Amortizações	-16	-11	45,45%
Tributos	-129	-83	55,42%
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>1.108</b>	<b>503</b>	<b>120,28%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1.108</b>	<b>503</b>	<b>120,28%</b>
<b>B Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>2.857</b>	<b>1.749</b>	<b>63,35%</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



## VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	<b>76.536</b>	<b>62.345</b>	<b>22,76%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>76.113</b>	<b>61.901</b>	<b>22,96%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>7.811</b>	<b>5.495</b>	<b>42,15%</b>
Contribuição Definida	7.811	5.495	42,15%
<b>1.2. Benefícios a conceder</b>	<b>68.302</b>	<b>56.406</b>	<b>21,09%</b>
Contribuição Definida	68.302	56.406	21,09%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	68.302	56.406	21,09%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>423</b>	<b>443</b>	<b>-4,51%</b>
4.1. Gestão Previdencial	423	431	-1,86%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	12	-100,00%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## 1. Contexto Operacional

### 1.1. APRESENTAÇÃO

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás-OABPREV-GO é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, CAATO Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins e OAB-TO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins.

O OABPREV-GO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-GO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas providenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos

membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPREV-GO não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

### 1.2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 são apresentadas pelo OABPREV de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar (PREVIC), especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015.



Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPREV-GO apresenta mensalmente balancetes do plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 06 de março de 2017 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

### 1.3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Contabilidade do OABPREV-GO é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### a) Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPREV-GO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da entidade.

#### b) Mudança de práticas contábeis

O OABPREV-GO adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

#### c) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

#### d) Reconhecimento de resultados

O regime adotado, para todos os demais registros contábeis das receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

#### e) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento).

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 31 de dezembro de 1998.

#### f) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda), observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatório de seus consultores jurídicos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade

de provisões de tais naturezas.

#### g) Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

### 1.4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

#### 1.4.1 Julgamento Crítico Na Aplicação Das Políticas Contábeis Da Entidade

##### a) Provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa - PDCLD

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela



# 7. Informações Segregadas sobre as Despesas do PGA

Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização de direitos creditórios. A política contábil para estabelecer a provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa está baseada no item 11 da Instrução Normativa N° 34/2009 da SPC – Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social que estabelece que devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos: 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias; 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias; 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias. A constituição da PDCLD decorrentes de contribuições previdenciais em atraso incidem somente sobre o valor das parcelas vencidas. O valor da provisão para cobrir possíveis perdas de investimentos considerados de difícil realização são contabilizados em conta de resultado em contrapartida à conta redutora do respectivo grupo de investimento. A Administração do OABPREV não identificou situações que pudessem exigir os procedimentos relacionados à constituição de PDCLD.

## b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O OABPREV não é parte de processos judiciais e administrativos, mas de todos modos, periodicamente atualiza as necessidades de provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As necessidades de provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO

Descrição	Acumulados ano 2015 em R\$	Acumulados ano 2016 em R\$
<b>Pessoal e Encargos Próprio</b>	<b>321.185,15</b>	<b>360.286,33</b>
<b>Treinamentos Congressos e Seminários</b>	<b>21.126,50</b>	<b>0,00</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>17.902,85</b>	<b>41.150,20</b>
Serviços de Consultoria - Outros (Corretores de Seguros)	251.625,12	265.426,98
Serviços de Consultoria Atuarial	24.500,00	0,00
Serviços de Consultoria Contábil	38.724,86	39.847,44
Serviços de Informática	61.250,69	88.470,53
Serviços de Gestão e Planejamento Estratégico		
Serviços de Auditoria Contábil	3.000,00	13.000,00
Tarifas Bancárias	87.081,64	99.150,88
Serviços de Consultoria de Investimentos		
Despesas Gerais	229.848,18	504.920,28
Tributos - Pis COFINS e Tatic	83.402,52	128.832,46
Depreciações e Amortizações	10.814,83	16.021,42
Contingencias	305,83	0,00
<b>SOMA - DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1.150.768,17</b>	<b>1.557.106,52</b>



# 8. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

## 8.1. OBJETIVO

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, que em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do plano de benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução PREVIC nº 12, de 13/12/2014, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2016 teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Adv-Prev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPrev-GO, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, os resultados do Plano de Gestão Administrativa da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na citada avaliação e que terão vigência a partir do exercício de 2017.

## 8.2. BASE CADASTRAL

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e beneficiários para a Avaliação Atuarial, foram fornecidas pela Entidade e enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro, com data-base em 31/12/2016 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários,

sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2016. Foram também utilizadas para esta avaliação as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-GO.

Em análise às informações encaminhadas, verificou-se na base de dados 4.332 participantes e assistidos, assim distribuídos:

- a) 3.225 participantes ativos contribuintes;
- b) 590 participantes licenciados;
- c) 477 indivíduos com inscrição cancelada e com valores remanescentes em saldos de Conta Individual;
- d) 20 participantes assistidos;
- e) 18 beneficiários em gozo de benefícios; e
- f) 2 beneficiários em processo de concessão de benefício.

## 8.3. HIPÓTESES ATUARAIAS

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, em seu item 1, determina que as hipóteses atuariais, sejam estas biométricas, demográficas, econômicas ou financeiras, devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, para vigência a partir de 01/04/2017, considerando-se a manifestação da Entidade quanto ao Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses Atuariais – ETAH 03/2016, desenvolvido pelo atuário do Plano de Benefícios Adv-Prev, são:

### a) Taxa Real de Juros: 5,00% ao ano

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese: A Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, com suas posteriores alterações (item 18 do Anexo), confirmada pela Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015 (§1º do artigo 6º), estabelecem que o plano que apresente benefício com características de Contribuição Definida e utilize taxa de juros real anual nos cálculos de seus benefícios, deve adotar taxa real de juros anual dentro do intervalo estabelecido considerando a duração do passivo de dez anos. Neste sentido, a Taxa de Juros Parâmetro para a duração do passivo de 10 anos, observando a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria PREVIC nº 186, de 28/04/2016, é de 6,19% a.a., sendo o limite inferior de 4,33% a.a. e o limite superior de 6,59% a.a.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2017 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2017, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 5% ao ano (INPC+5%), estando este em acordo com a citação no item 3.3 do Relatório de Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses Atuariais ETAH 03/2016.

### b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese: No último exercício a tábua AT 2000-F foi utilizada como hipótese para mortalidade geral. Com base nos resultados dos estudos apresentados no Relatório de Aderências das Hipóteses Atuariais ETAH 03/2016, entendemos que esta deva ser

mantida para aplicação durante ao ano de 2017.

### c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 - F

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese: No último exercício a tábua AT 2000-F foi utilizada como hipótese para mortalidade de inválidos. Tendo em vista se tratar de um plano com uma quantidade insuficiente de participantes inválidos para realização de testes de aderência significantes, os resultados dos estudos realizados indicam que, esta hipótese deve ser a mesma utilizada para mortalidade geral, qual seja AT 2000-F. Assim utiliza-se do conservadorismo para se estimar a expectativa de vida destes participantes, objetivando o recebimento de benefícios pelo tempo esperado.

Sendo este o caso de avaliação de um plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes e beneficiários, mas sim para o cálculo das rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

## 8.4. RESULTADOS ATUARAIAS

O Plano de Benefícios Adv-Prev, administrado pela OABPrev-GO, apresentou, em 31/12/2016, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se, conforme apresentado no Anexo I, uma Provisão Matemática de R\$ 76.112.839,03, sendo R\$ 7.810.698,70 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 68.302.140,33 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD),



tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano de Benefícios Adv-Prev para com os seus participantes e assistidos está limitada ao saldo de Conta Individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando-se assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atesta-se atuarialmente que as informações constantes deste parecer foram devidamente avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-GO referentes à data-base 31/12/2016.

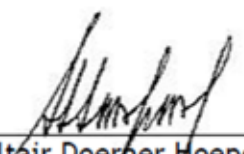
A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2016, considerando-se as cotas vigentes em 31/12/2015 e 31/12/2016, foi de 14,75%. No mesmo período, o índice de referência, variação do INPC<sup>1</sup> acumulado com a taxa real de juros fixada na avaliação de 5,00% ao ano, acumulou 12,76%.

Por fim, quanto ao Plano de Gestão Administrativa, verificou-se a sua sustentabilidade em 2016 por conta da cobertura de despesas administrativas pelas correspondentes receitas, bem como pela

utilização de recursos acumulados no Fundo Administrativo, quando necessário. Contudo, observou-se no exercício de 2016 um aumento de 63,39% do Fundo Administrativo em relação ao ano de 2015, já que em 31/12/2015 correspondia a R\$ 1.748.851,83 e apresentava em 31/12/2016 um montante de R\$ 2.857.497,25.

Considerando-se todo o exposto no presente parecer, é o caso de concluir que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Adv-Prev encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro.

Florianópolis, 15 de março de 2017.

  
Altair Doerner Hoepers  
Atuário MIBA 774

<sup>1</sup> INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerado para cada mês de comparação com a rentabilidade a variação do INPC correspondente ao mês imediatamente anterior.

## 9. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Os responsáveis pela governança do **OABPrev-GO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do OABPrev-GO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do OABPrev-GO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir



modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o OABPrev-GO a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente

e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 15 de março de 2017.

**BRAVO'S Auditores Independentes SS**  
CRC GO – 001818/O-8  
**Marcelo Alejandro Galindo Bravo**  
Contador CRC GO 015750/O-4

**Paulo Henrique Coan**  
Contador CRC GO 22.011/O-8

# 10. Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, do Plano Adv-PREV e do PGA – Plano de Gestão Administrativa, e tomando como base o Parecer dos auditores independentes, BRAVO'S AUDITORES INDEPENDENTES S/S, é de opinião

que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Goiânia, 16 de março de 2017.

**SAMUEL JUNIO PEREIRA**  
Presidente

**Renato Rodrigues**  
RENATO GONÇALVES RODRIGUES  
Vice-Presidente

**FRANCISCO SENA DA SILVA**  
Conselheiro

**Elton Gomes de Oliveira**  
ELTON GOMES DE OLIVEIRA  
Conselheiro

**Giovana G. de Miranda**  
GIOVANA GUIMARÃES DE MIRANDA  
Conselheira





# 11. Manifestação do Conselho Deliberativo

Nós, membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPREV-GO, em cumprimento às disposições estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas e Demonstrações Complementares referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016.

Examinamos, também, o Parecer do Consultor Atuarial – Data A Consultoria S/S Ltda e

dos Auditores Independentes – BRAVO'S AUDITORES INDEPENDENTES S/S e, baseados nesses exames e ainda, no parecer elaborado pelo Conselho Fiscal, aprovamos, sem restrições, os documentos acima mencionados.

Goiânia, 16 de março de 2017.

 Rômulo Pereira da Costa Presidente	 Aurea Akiko Asakawa Vice-presidente
 Hallan de Souza Rocha Conselheiro	 Gildomar Rezende da Rocha Júnior Conselheiro
 André Juliano da Luz Ferreira Conselheiro	 Tatiana Sávila Brito Aires de Pádua Conselheira

# 12. Previc Aprova Alterações no Regulamento do Plano de Benefícios e Estatuto da Entidade

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou as alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários da OABPrevGO/TO. As mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 17 de janeiro de 2017. O documento estabelece os direitos e as obrigações dos Instituidores, dos Participantes dos Beneficiários e do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados de Goiás.

O plano agora conta com a opção de resgate parcial – a cada dois anos o participante tem a opção de resgatar até 20% das contribuições feitas. O resgate total – 100% dos valores dos aportes – pode ser solicitado a qualquer momento, desde que seja observado o prazo de carência, que era de seis meses e passou para 36 meses. Lembrando que há incidência de Imposto de Renda, de acordo com o regime escolhido no ato da adesão.

Outra mudança no Regulamento do Plano diz respeito às opções para recebimento da renda mensal referente aos benefícios de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Anteriormente, havia a opção de prazo determinado – mínimo de 10 anos – ou indeterminado – com base na expectativa de vida. No novo regulamento, existe a possibilidade de definir a renda por percentual, de 1% a 3% do saldo.

Os participantes assistidos também precisam estar atento às mudanças. Quem está recebendo algum benefício, poderá anualmente – no mês de julho – optar por uma nova opção para recebimento. Quem está para receber o benefício,

poderá sacar no ato da concessão, até 25% do saldo de conta. E, os que recebem aposentadoria programada ou por invalidez, poderão fazer aportes para majorar o saldo.

Os valores mínimos de contribuição básica também mudaram. Para os participantes com idade entre 0 e 17 anos, a parcela mínima é de R\$ 45 mensais. Acima de 18 anos, o valor permitido é de R\$ 85.

Quem, por algum motivo, precisar suspender o plano de previdência pode estabelecer um prazo no ato do pedido ou colocar indeterminado.

Para ficar por dentro de todas as mudanças, acesse [www.oabprevgo.org.br](http://www.oabprevgo.org.br) e confira o novo Regulamento do Plano de Benefícios da OABPrevGO/TO.

Em treze de fevereiro do corrente ano, A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou também alterações no Estatuto da Entidade. Dentre as alterações aprovadas destaca-se a redução do quadro de conselheiros da Entidade para melhor organização dos processos ao cumprimento à Resolução nº 19, de 30 de março de 2015.

Acompanhe também as mudanças, acesse [www.oabprevgo.org.br](http://www.oabprevgo.org.br) e confira o novo Estatuto da OABPrevGO/TO.



# 13. Missão, Visão e Valores

## MISSÃO

Gerir e promover plano de previdência privada aos advogados e seus dependentes, com total transparência e segurança, contribuindo assim para um futuro tranquilo de seus participantes e beneficiários.

## VALORES

Rentabilidade  
Ética  
Responsabilidade corporativa  
Segurança  
Transparência

## VISÃO

Ser reconhecida pelo setor da advocacia como a melhor Entidade de Previdência Privada, por sua excelência na gestão, transparência, segurança e rentabilidade.

# 14. Membros Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Corpo Administrativo e Parceiros

## CONSELHO DELIBERATIVO

### PRESIDENTE:

Dr. Romulo Pereira da Costa

### VICE-PRESIDENTE:

Dra. Aurea Akiko Asakawa

### CONSELHEIROS:

Dr. Adailton Alexandre Silva Brito  
Dr. Hallan de Souza Rocha  
Dr. Newton Emerson Belluco  
Dr. Rogério Magalhães de Araújo Nascimento  
Dr. Mário Vicente Lopes Neto  
Dr. José Eustáquio Rosa Cardoso  
Dr. Francisco Sena da Silva

## CONSELHO FISCAL

### PRESIDENTE:

Dr. Samuel Junio Pereira

### VICE-PRESIDENTE:

Dr. Renato Gonçalves Rodrigues

## DIRETORIA EXECUTIVA

### DIRETOR PRESIDENTE:

Dr. Enil Henrique de Souza Neto

### DIRETORA ADMINISTRATIVA

#### FINANCEIRA:

Dra. Márcia Queiroz Nascimento

### DIRETORA DE BENEFÍCIOS:

Dra. Keila Cristina Eustáquio





## CORPO ADMINISTRATIVO

### GERENTE GERAL:

Marlene Gontijo dos Reis Almeida

### COORDENADOR FINANCEIRO:

Alex Vieira Rego

### COORDENADORA ADMINISTRATIVA:

Roberta Nunes dos Santos

### COORDENADORA COMERCIAL:

Aline Azevedo de Carvalho

### RECEPCIONISTA:

Bruna de Farias

## CORRETORAS PREVIDENCIÁRIAS (VENDAS)

Ancora Corretora de Seguros EIRELI

Eriedna Corretora de Seguros e Previdência EIRELI

LG Corretora de Seguros de Vida EIRELI

Magnificat Corretora de Seguros de Vida e Previdência EIRELI

Said Corretora de Seguros de Vida EIRELI ME

Triunfo Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA

Victorino Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA



# 15. Canais de Atendimento

**Endereço:** Av. Olinda, Quadra 4 Lote 2 - Torre I - 14º andar - Salas 1406 a 1412, Park Lozandes

**CEP:** CEP 74.884-120 | Goiânia(GO)

**E-mail:** oabprevgo@oabprevgo.org.br

**Telefone:** 0800 887 0947

**Área Restrita Participante:** <http://areaparticipante.oabprevgo.maab.adm.br>



# 16. Parceria Estratégica

**MONGERAL AEGON**

*Construa seu amanhã*



# 17. Instituidores



Endereço: Av. Olinda, Quadra 4 Lote 2 - Torre I - 14º andar - Salas 1406  
a 1412, Park Lozandes | CEP 74.884-120 | Goiânia (GO)  
E-mail: oabprevgo@oabprevgo.org.br  
Telefone: 0800 887 0947